

Lula também quer Sarney até o fim

JULIO CESAR CANCELLIER
Correspondente

Florianópolis — O candidato à presidência da República pela Frente Brasil Popular, Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu ontem em Criciúma (SC), 180 quilômetros ao sul da capital, a permanência do presidente José Sarney no governo até o último dia do mandato. Lula afirmou que "estão dando importância ao secundário", referindo-se à antecipação da posse do presidente eleito em 15 de novembro.

Na opinião do candidato do PT, "a antecipação da posse não diminuirá o prejuízo que ele (o presidente) já deu ao País". Para Lula, "o presidente Sarney não deveria nem ter assumido em 1984" e a antecipação da posse não é a questão principal do processo sucessório.

Lula comentou, ainda, em uma entrevista coletiva à imprensa,

que além das câmaras e microfones contou com a participação de 50 militantes do PT empunhando bandeiras vermelhas, a posição do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, nas últimas pesquisas eleitorais.

Ao manter seu primeiro contato com sindicalistas da região, Lula declarou que "os trabalhadores têm que participar na administração das empresas e pretendo estabelecer esta participação nas estatais, caso seja eleito".

O candidato prometeu, ainda, que caso assuma a presidência da República irá compor conselhos de fiscalização da sociedade civil, "para vigiar de perto o que se faz nestas estatais".

Lula conheceu a Companhia Brasileira Carbonífera de Aranguaá (CBCA), cuja administração está nas mãos do Sindicato dos Mineiros desde 1987.

Sem um acordo geral, prazos não vão mudar

EDUARDO BRITO
Editor de Política

O presidente José Sarney não renunciará, nem nunca pensou em renunciar. Mas isso não quer dizer que ele feche questão a respeito de sua permanência no Governo até o dia 15 de março de 1990, o último do mandato que lhe foi assegurado pela atual Constituição. Pelo contrário, se o assunto for objeto de um grande entendimento nacional que culmine com uma emenda à Carta, ele certamente admitirá deixar o Planalto a 1º de janeiro.

Quem dá essa explicação é um dos parlamentares mais próximos a Sarney, o senador maranhense Edison Lobão, do PFL. Ele explica que, se houver um consenso no Congresso, mediante entendimentos com o próprio Presidente, o Planalto não se oporá a uma proposta que, dentro de um projeto global, antecipe a posse do sucessor. O que Lobão não diz, porém, é que o Planalto, assim como os deputados fiéis a Sarney, estão convictos de que não haverá qualquer consenso a respeito da saída do Presidente.

Pelo contrário, a reação às desastrosas declarações do líder do governo na Câmara, Luís Roberto Ponte, a respeito de uma eventual saída de Sarney, demonstraram que ela não é desejada por muitas forças políticas, inclusive da Oposição. "O que se vê", mostra Lobão, "é que um número crescente de partidos, de parlamentares, reconhece agora que Sarney é o presidente necessário para esse período de transição".

Entre os que já se opuseram à antecipação, Lobão lembra o ex-governador Leonel Brizola, o deputado Ulysses Guimarães e vários dos partidos de esquerda.

Na realidade, há uma convicção básica entre os parlamentares ligados ao Governo. Se as principais lideranças do Congresso não conseguem se colocar de acordo nem mesmo para apressar a tramitação de uma emenda parlamentarista — que aparentemente interessaria a todos os principais partidos do Congresso — será difícil acertarem-se a respeito de medidas econômicas de emergên-

JULIO ALCANTARA



Lobão: renúncia, não

cia e, ainda mais, a respeito do superministro que as aplicaria.

Lobão afirma que, em tese, é viável a idéia de se indicar o superministro, caso o Congresso defina o programa de emergência a ser seguido. "Os ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu não seriam obstáculo para essa composição, pois compreenderiam a situação", afirma Lobão. Claro, mas quem seria o superministro? O PMDB aceitaria Mário Henrique Simonsen, hoje membro do PFL? O PDS presidido por Delfim Netto admitiria Luciano Coutinho, do time de Ulysses? Os tucanos acolheriam a indicação do professor Octávio Bulhões, ex-ministro do primeiro governo militar?

Praticamente todos os líderes que participam das reuniões organizadas pelo presidente do Senado, Nelson Carneiro, reconhecem a dificuldade para esse entendimento. Mas o jogo de cena precisa ser desempenhado, mesmo porque uma intervenção do Congresso não pode ser descartada e os líderes precisam manter-se em contato permanente — sem contar que o parlamentarismo ameaça tornar-se imprescindível para os principais partidos.

Se não há acordo, ao menos até agora, sequer para esse ponto de interesse dos líderes de maior peso, dificilmente surgirá uma composição para um plano de emergência, ao que tudo indica impopular, na antevéspera das eleições que renovarão o Congresso. Sem plano de emergência, nada de superministro. E se nem a respeito disso há acordo, parece cada vez mais improvável que este surja a respeito da antecipação da posse do presidente eleito. Todo o Congresso e o Planalto sabem disso.